



A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES PARENTAIS NO DESENVOLVIMENTO BIOPSIKOSSOCIAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA

THE INFLUENCE OF PARENTAL RELATIONSHIPS ON BIOPSYCHOSOCIAL DEVELOPMENT IN EARLY CHILDHOOD: A PSYCHOLOGICAL PERSPECTIVE

Giovana Xavier de Almeida Brandão Galvão¹

Mariana Cristina Ferraretto de Freitas¹

Michel Pratti da Silva²

Milene Cristine Moura dos Santos¹

Juliana Batista Fitaroni³

RESUMO

O estudo aborda o impacto das interações familiares no desenvolvimento das crianças, focando na importância dos vínculos afetivos e das práticas parentais. O objetivo geral é analisar a influência das relações parentais no desenvolvimento biopsicossocial da primeira infância, identificando os principais fatores familiares envolvidos nesse processo e refletindo sobre a relevância da família como núcleo central da socialização e aprendizagem infantil. Com base em uma revisão bibliográfica qualitativa, realizada nas bases de dados Scielo e BVS, foram selecionados 4 artigos na amostra final para compor essa revisão. Como principais resultados obtidos na análise da bibliografia disponível sobre o tema, foi notada a influência dos fatores biológicos, psicológicos e sociais e sua influência no desenvolvimento infantil, ressaltando como a vivência subjetiva da criança, conforme Vygotsky, é crucial para sua formação emocional e social. As relações familiares desempenham um papel central na construção da identidade da criança, no desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais, e na formação de competências sociais. A pesquisa revela que a qualidade das relações parentais é determinante para a saúde mental e o bem-estar da criança. Vínculos afetivos seguros e práticas de socialização positiva são fatores de proteção, enquanto a negligência, violência doméstica e conflitos familiares atuam como riscos significativos, podendo comprometer o desenvolvimento infantil. O estudo também destaca a transmissão transgeracional dos padrões de apego, evidenciando como as experiências precoces influenciam a vida adulta e as futuras práticas parentais. Além disso, o estudo indica a necessidade de políticas públicas que promovam ambientes familiares estáveis e apoios adequados para as famílias em vulnerabilidade. O desenvolvimento biopsicossocial infantil é multifatorial, com a qualidade das relações familiares influenciando de maneira decisiva a trajetória de vida da criança, desde a infância até a vida adulta. O trabalho finaliza com um chamado à importância da Psicologia no fortalecimento das relações familiares e na promoção da saúde

¹ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG.

² Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG

³ Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG

mental desde os primeiros anos de vida.

Palavras-chave: Relações parentais, Desenvolvimento biopsicossocial, Vínculos afetivos, Primeira infância, Psicologia do desenvolvimento.

ABSTRACT

The study addresses the impact of family interactions on children's development, focusing on the importance of emotional bonds and parenting practices. Based on a qualitative literature review, the study emphasizes the influence of biological, psychological, and social factors, highlighting how, according to Vygotsky, children's subjective experiences are crucial to their emotional and social development. Family relationships play a central role in the construction of a child's identity, the development of cognitive and emotional skills, and the development of social competencies. Research reveals that the quality of parental relationships is crucial for children's mental health and well-being. Secure emotional bonds and positive socialization practices are protective factors, while neglect, domestic violence, and family conflicts act as significant risks and can compromise child development. The study also highlights the transgenerational transmission of attachment patterns, demonstrating how early experiences influence adulthood and future parenting practices. Furthermore, the study highlights the need for public policies that promote stable family environments and adequate support for vulnerable families. Childhood biopsychosocial development is multifactorial, with the quality of family relationships decisively influencing a child's life trajectory, from infancy to adulthood. The work concludes with a call to action for the importance of psychology in strengthening family relationships and promoting mental health from the earliest years of life.

Keywords: Parental relationships, Biopsychosocial development, Affective bonds, Early childhood, Developmental psychology.

1 INTRODUÇÃO

O ministério da saúde, conceitua a primeira infância como sendo o período que abrange os primeiros seis anos completos da criança (Ministério da Saúde, 2014). Durante esse período, que abrange os primeiros anos de vida, ocorre um processo dinâmico e contínuo de formação de habilidades, sendo fundamental para a construção de competências que influenciarão o indivíduo ao longo de toda a sua vida.

Nesse contexto, as interações familiares, especialmente no contexto das relações parentais, têm grande influência no desenvolvimento biopsicossocial das crianças. Este conceito refere-se à interação entre os fatores biológicos, psicológicos e sociais que moldam o desenvolvimento humano. No caso das crianças, esses fatores se entrelaçam de maneira complexa, afetando diretamente sua saúde emocional, social e cognitiva.

Além disso, um termo importante a ser considerado é o de 'vivência subjetiva' (*perejivanie*), conforme proposto por Vygotsky. A reflexão aqui proposta sobre a teoria de Vygotsky convida a enxergar o desenvolvimento infantil como um fenômeno que vai muito além da simples interação entre o sujeito e o meio. O conceito de vivência subjetiva

apresentado por Vygotsky (1996) traduz o modo como a criança sente, interpreta e ressignifica as situações que vivencia, atribuindo a elas um sentido profundamente pessoal.

A ideia do autor nos mostra que não é o evento em si que determina o impacto emocional, mas a forma como ele é vivido internamente. Uma criança que presencia discussões entre os pais, por exemplo, pode reagir com medo, ansiedade ou até empatia, dependendo da qualidade do vínculo afetivo construído com essas figuras e da percepção de segurança emocional dentro do lar. Em outro extremo, pequenas manifestações de cuidado, como o abraço em momentos de frustração ou o olhar acolhedor diante de um erro, tornam-se experiências estruturantes, capazes de nutrir confiança e estabilidade emocional. É nesse entrelaçamento de afetos e significados que se revela o núcleo da teoria vygotskiana: o desenvolvimento humano nasce da relação entre o mundo interno da criança e o universo simbólico que a envolve e suas nuances deixam marcas que orientam seu modo de ser e existir no mundo.

Como destacou Bowlby (1984, p.42), "o que acontece nos primeiros anos da infância tem uma importância vital para todo o curso da vida futura", pois é neste período de maturação cerebral que ocorrem processos de aprendizagem, formação de vínculos afetivos e desenvolvimento de habilidades motoras e linguísticas. Nessa fase, a criança também começa a construir sua identidade pessoal e social, além de desenvolver padrões de comportamentos e emoções.

Barbosa (2021) ressalta que a criança é um sujeito de direitos, histórico e cultural, que constrói sentidos e conhecimentos a partir das suas interações cotidianas, sendo agente ativa do próprio desenvolvimento. Entretanto, como pontua o Brasil (1998), a concepção de infância é uma construção histórica que se transforma conforme o tempo e o contexto social. Nesse fio, Ariès (1981) evidencia que, em épocas passadas, a criança era percebida apenas como um adulto em miniatura, submetida precocemente ao trabalho e às responsabilidades adultas, muitas vezes privada do convívio familiar e exposta a experiências de violência e exploração. Dito de outro modo, a ideia moderna de infância como fase de cuidado, proteção e aprendizado é fruto de uma lenta mudança cultural que redesenhou a compreensão sobre o lugar da criança na sociedade.

Segundo o Ministério da Saúde, a aprendizagem inicia-se desde o começo da vida.

Muito antes de a criança entrar na escola, enquanto cresce e se desenvolve em todos os domínios (físico, cognitivo e socioemocional), ela aprende nos contextos de seus relacionamentos afetivos. Especialmente na primeira infância, a aprendizagem é fortemente influenciada por todo meio onde a criança se encontra e com o qual interage (Ministério da Saúde, 2014).

Neste sentido, a qualidade das relações entre pais e filhos desempenha um papel decisivo na formação de vínculos afetivos, no desenvolvimento de comportamentos e na aquisição de competências sociais. A família, seja em sua configuração tradicional ou em suas formas contemporâneas, continua a ser o principal ambiente onde a criança experimenta os primeiros processos de aprendizagem e socialização. Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, a influência das relações parentais no desenvolvimento biopsicossocial da primeira infância, identificando os principais fatores familiares envolvidos nesse processo e refletindo sobre a relevância da família como núcleo central da socialização e aprendizagem infantil.

Além disso, os objetivos específicos são: Identificar os principais fatores familiares que influenciam o desenvolvimento biopsicossocial na primeira infância; analisar a relação entre qualidade dos vínculos afetivos e saúde mental infantil e discutir a transmissão intergeracional de padrões de apego.

2 MÉTODO

Este estudo é uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, voltada à análise crítica de publicações científicas que discutem a influência das relações parentais no desenvolvimento biopsicossocial da primeira infância. A escolha dessa metodologia vem da intenção de reunir, comparar e refletir sobre diferentes produções acadêmicas recentes, buscando perceber avanços, lacunas e pontos em comum na literatura. A abordagem qualitativa mostrou-se mais adequada, pois permite compreender significados e experiências humanas que não se traduzem em números, explorando dimensões afetivas e sociais que surgem nas interações familiares, como aponta Richardson (1999).

A revisão foi feita nas bases SciELO, BVS e PePSIC, escolhidas pelo

reconhecimento acadêmico e pela relevância na área da Psicologia e do Desenvolvimento Humano. Para encontrar os estudos, foram usados descritores controlados e não controlados relacionados ao tema central, como “*desenvolvimento infantil*”, “*família*”, “*relações parentais*” e “*psicologia do desenvolvimento*”, combinados de diferentes formas até chegar a resultados mais adequados ao objetivo da pesquisa.

Foram definidos critérios de inclusão e exclusão para dar mais clareza ao processo. Os de inclusão abrangeram artigos publicados entre 2015 e 2025, em português, que tratam, direta ou indiretamente, do desenvolvimento biopsicossocial na primeira infância e da influência familiar nesse processo. Já os de exclusão deixaram de fora materiais sem revisão por pares, como monografias, dissertações, teses, resumos e documentos institucionais, além de artigos em outros idiomas. O recorte de tempo teve o propósito de priorizar estudos recentes, embora se reconheça que isso possa ter deixado de fora alguns trabalhos clássicos importantes.

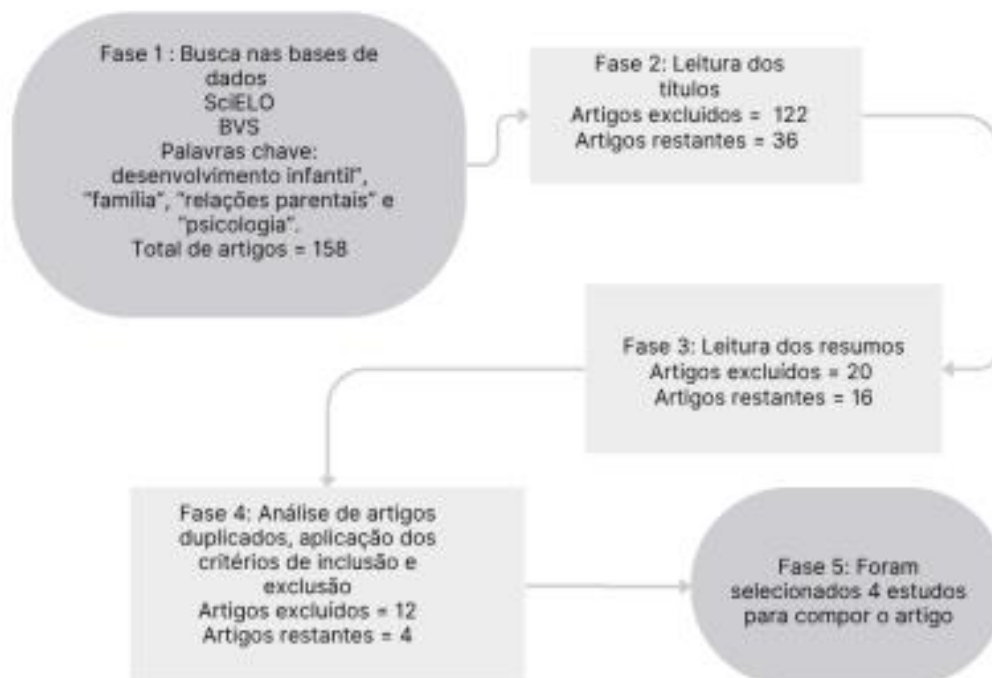
A busca inicial resultou em 14 artigos, que passaram por uma leitura exploratória para verificar a pertinência e qualidade. Depois, foi feita uma seleção mais detalhada, observando três critérios principais:

- Consistência teórica, ou seja, se o referencial teórico estava bem alinhado aos objetivos da pesquisa;
- Clareza metodológica, relacionada à explicitação dos procedimentos de coleta e análise de dados;
- Relevância dos resultados, que diz respeito à contribuição científica e prática do estudo.

Depois dessa triagem, quatro artigos foram selecionados para compor o corpus final da revisão. Eles foram analisados de forma reflexiva e comparativa, buscando identificar categorias e eixos temáticos que tratassem dos vínculos afetivos, das práticas parentais e de seus impactos no desenvolvimento biopsicossocial.

Para deixar o processo mais visível e organizado, foi criado um fluxograma (figura 1) com as etapas de identificação (14 artigos), triagem, elegibilidade e inclusão (4 artigos), mostrando como se deu a filtragem dos estudos.

Figura 1: Fluxograma de busca dos estudos



Fonte: Figura elaborada pelos autores

A revisão de literatura e os procedimentos acima descritos, se referem apenas aos 4 artigos encontrados e expostos na tabela de resultados. Outros autores clássicos como Bowlby, Bronfenbrenner e Vygotsky foram usados apenas como referenciais teóricos de apoio, ajudando a aprofundar e comparar os resultados encontrados com perspectivas já consolidadas. Esse diálogo entre estudos atuais e teorias fundamentais ampliou a compreensão sobre como as relações parentais influenciam o desenvolvimento infantil, permitindo uma leitura mais ampla e contextualizada dos achados.

3 RESULTADOS

A análise dos quatro artigos selecionados revelou a centralidade da família no

desenvolvimento biopsicossocial da criança durante a primeira infância (Quadro 1). Cada estudo abordou aspectos distintos, mas complementares, ressaltando a importância das relações parentais e do contexto social para a formação da personalidade e da saúde integral da criança. A seguir, apresentamos uma análise mais profunda sobre como esses resultados se interrelacionam, destacando as convergências e contradições encontradas nos estudos, além de sugerir áreas que ainda exigem mais investigação.

Autor/Ano	Título / Foco do Estudo	Metodologia / Tipo de Estudo	Principais Achados	Relevância Científica e Teórica
Lemos et al. (2022)	<i>Desenvolvimento e personalidade: o papel do meio na primeira infância.</i>	Estudo teórico com análise de caso; abordagem histórico cultural fundamentada na Pedagogia vigotskiana.	O meio influencia o desenvolvimento de forma mediada pela vivência subjetiva (<i>perejivanie</i>); destaca-se a importância da linguagem e da socialização; práticas excludentes prejudicam a constituição da personalidade infantil.	Evidencia a necessidade de superar visões naturalizantes sobre a infância e demonstra que o desenvolvimento depende de vínculos sociais e afetivos, confirmando pressupostos da teoria histórico-cultural.
Mastroiani et al. (2018)	<i>(Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados.</i>	Pesquisa documental baseada na análise de 89 processos judiciais de acolhimento (2012–2013).	Identificou que a desestrutura familiar, negligência e vulnerabilidade socioeconômica estão entre os principais motivos do acolhimento; políticas públicas eficientes e vínculos familiares fortalecidos são determinantes para o retorno ao convívio familiar.	Destaca a centralidade da família e a importância da intervenção estatal no cuidado e proteção infantil, contribuindo para reflexões sobre políticas públicas e responsabilidade parental.

Lima et al. (2024)	<i>Associação entre funcionamento familiar e sintomas de ansiedade e depressão em crianças.</i>	Pesquisa quantitativa, explicativa e transversal com aplicação de entrevistas estruturadas.	Conflitos coparentais explicam 16% dos sintomas de ansiedade e a triangulação familiar 17% dos sintomas depressivos; apoio parental atua como fator protetor, enquanto a intrusividade aumenta vulnerabilidades emocionais.	Demonstra o impacto direto do funcionamento familiar na saúde mental infantil, evidenciando a importância de vínculos afetivos equilibrados e de práticas parentais saudáveis.
Becker e Crepaldi (2019)	<i>O apego infantil e seus desdobramentos nas relações conjugais e parentais na vida adulta.</i>	Revisão integrativa da literatura (32 artigos publicados entre 2013 e 2017).	Apego inseguro (ansioso/evitativo) relaciona-se a maior incidência de conflitos conjugais e menor satisfação afetiva; observou-se a transmissão intergeracional de padrões de apego e a influência de experiências de negligência na formação de vínculos inseguros.	Mostra como as experiências precoces de apego moldam a vida emocional adulta e reforça a importância de vínculos afetivos seguros desde a infância para a saúde emocional ao longo da vida.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores

O artigo de Lemos, Magiolino e Silva (2022), intitulado *Desenvolvimento e personalidade: o papel do meio na primeira infância*, baseia-se na teoria histórico-cultural de Vygotsky e analisa o desenvolvimento de uma criança de três anos no contexto educacional. O estudo descreve que cada idade possui uma estrutura específica e irrepetível, na qual o meio exerce papel determinante apenas quando mediado pela vivência subjetiva da criança. Constatou-se que práticas pedagógicas excludentes comprometem a formação da personalidade e das funções psíquicas superiores, especialmente a linguagem e a imaginação, que são formações centrais do desenvolvimento na primeira infância.

O estudo de Mastroianni *et al.* (2018), *Desacolhimento institucional de crianças e*

adolescentes: aspectos familiares associados, utilizou pesquisa documental e análise de conteúdo de 89 processos judiciais. Os resultados indicam que o uso de álcool e/ou drogas pelos responsáveis é o principal fator de acolhimento (90,2%), seguido por negligência parental (68,3%) e falhas nos cuidados básicos (36,6%). Os autores destacam que esses fatores raramente atuam de forma isolada e refletem vulnerabilidades sociais amplas. O contato regular com a família durante o acolhimento favorece a reintegração, e o estudo conclui que o fortalecimento de vínculos familiares e o investimento em políticas públicas são essenciais para assegurar o direito à convivência familiar

O artigo de Lima, Costa, Pasinato e Mosmann (2024), *Sintomas de ansiedade e depressão em crianças: associações com o funcionamento familiar*, adotou abordagem quantitativa e transversal, aplicando seis escalas a 50 participantes com filhos entre 7 e 11 anos. Os resultados apontaram correlações baixas a moderadas entre parentalidade, coparentalidade e sintomas emocionais, demonstrando que o conflito coparental e a supervisão do comportamento predizem 16% dos sintomas de ansiedade generalizada, e que a triangulação familiar explica 17% dos sintomas depressivos. O estudo evidencia que as crianças são suscetíveis à qualidade dos subsistemas parentais e coparentais, e que o apoio parental atua como fator de proteção contra a ansiedade e a depressão infantil

Por fim, Becker e Crepaldi (2019), em *O apego infantil e seus desdobramentos nas relações conjugais e parentais na vida adulta*, realizaram uma revisão integrativa de 32 artigos. O levantamento revelou que o apego inseguro, seja ansioso ou evitativo, está associado a maior incidência de conflitos conjugais, menor satisfação afetiva e dificuldades parentais. O estudo identificou a transmissão intergeracional dos padrões de apego e apontou que experiências precoces de negligência e privação materna prejudicam o desenvolvimento afetivo e relacional. As autoras enfatizam a necessidade de ampliar as pesquisas sobre o apego adulto e suas repercussões nos subsistemas familiares, destacando a importância dos vínculos afetivos seguros desde a infância

A seção seguinte se propõe a explorar as implicações desses resultados, discutindo como as práticas parentais e o contexto familiar atuam como fatores de risco ou proteção.

4 DISCUSSÃO

Nesta seção, foram utilizados autores adicionais apenas como apoio teórico, sem integrar novos estudos ao corpus da revisão, dessa forma, o texto articula os resultados dos quatro artigos com referências complementares, a fim de aprofundar a análise sob a perspectiva biopsicossocial. Além disso, a discussão foi reforçada em relação à diversidade das configurações familiares e às limitações dos estudos analisados, ampliando o diálogo entre teoria e prática.

Os achados obtidos por meio da análise dos artigos selecionados evidenciam de forma robusta que o desenvolvimento biopsicossocial infantil está profundamente ancorado na qualidade das relações parentais estabelecidas nos primeiros anos de vida. A articulação entre vínculos afetivos, práticas educativas e ambiente familiar oferece subsídios teóricos e empíricos para compreender a infância como um período sensível e estruturante da vida humana, onde se formam as bases para as dimensões cognitivas, emocionais e sociais do sujeito.

A pesquisa de Becker e Crepaldi (2019), à luz da Teoria do Apego de Bowlby, demonstra que a forma como os vínculos afetivos são estabelecidos na infância repercute significativamente na vida adulta, especialmente nas relações conjugais e nas práticas parentais. Indivíduos que vivenciaram vínculos inseguros, pautados por negligência, instabilidade ou violência emocional, tendem a apresentar maiores dificuldades na formação de relacionamentos estáveis, além de reproduzirem práticas parentais disfuncionais. Esse processo evidencia a transmissão intergeracional do apego, na qual padrões relacionais vivenciados na infância são internalizados e reproduzidos de forma inconsciente ao longo da vida adulta, afetando inclusive a parentalidade da geração seguinte.

Complementando essa abordagem, Souza (2024) destaca que a negligência afetiva na infância está associada à fragilidade nas dimensões emocionais e relacionais do indivíduo, podendo culminar em dificuldades na construção da identidade, baixa autoestima e transtornos de humor. Bowlby (1977) ressalta que o comportamento de apego permanece ativo ao longo de toda a vida, sendo reativado em momentos de sofrimento, perda ou ameaça, o que reforça a importância das experiências precoces com as figuras de apego como estruturantes da resiliência emocional.

A autora Maya Eigenmann (2015), ao abordar as heranças emocionais entre gerações, enfatiza que “pais feridos tendem a gerar filhos sobreviventes”; ou seja, as marcas deixadas por vínculos inseguros e negligentes não são superadas automaticamente com a maturidade, mas tendem a se perpetuar na forma como os adultos cuidam de suas próprias crianças. Assim, a consciência crítica sobre a própria história relacional se revela uma condição importante para interromper ciclos de sofrimento e promover vínculos mais saudáveis com as novas gerações.

Nesse sentido, a discussão avança para além da constatação do impacto das relações parentais, buscando compreender os mecanismos pelos quais essas interações se estruturam e influenciam o desenvolvimento. Lima *et al.* (2024) revelam, por meio de um estudo quantitativo, que a qualidade do funcionamento familiar, especialmente nas dimensões coparentais, exerce influência direta sobre a saúde mental infantil, contribuindo para o surgimento de sintomas como ansiedade e depressão. A presença de conflitos conjugais, triangulação e ausência de suporte emocional são fatores que fragilizam o ambiente familiar, repercutindo no bem-estar psicológico da criança. Em contrapartida, práticas pautadas em cooperação, afeto e limites consistentes constituem elementos protetores diante de adversidades emocionais.

A esse respeito, Silva, Ribas e Strack (2021) destacam que o desenvolvimento infantil não pode ser compreendido de maneira reducionista, centrado apenas nas falhas parentais, mas sim como um processo que envolve tanto fatores de risco quanto de proteção. O afeto, a escuta ativa, a validação emocional e a presença responsiva dos cuidadores são elementos que fortalecem a autoestima infantil, promovem a autorregulação emocional e favorecem a construção de vínculos sociais positivos. A conjunção desses fatores pode minimizar os impactos de contextos adversos, funcionando como um amortecedor diante das vulnerabilidades.

Adicionalmente, Cunha, Maffazioli e Albuquerque (2022) chamam a atenção para a importância da regulação emocional parental, demonstrando que a forma como os adultos lidam com suas próprias emoções influencia diretamente os filhos em seus processos de autorregulação. Pais com baixa tolerância à frustração, impulsividade ou pouca consciência emocional tendem a comprometer o desenvolvimento da autonomia, da resiliência e das estratégias de enfrentamento dos filhos. Em contrapartida, cuidadores

que promovem um ambiente emocionalmente seguro e dialogam sobre os sentimentos contribuem para o fortalecimento das competências socioemocionais da criança.

No campo das contribuições teóricas, o estudo de Lemos *et al.* (2022) enriquece a análise ao adotar a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky. Para o autor, o desenvolvimento infantil é impulsionado pelas interações sociais e pela mediação simbólica, sendo a linguagem um elemento estruturante nesse processo. A análise do caso clínico descrito pelos autores evidencia como a exclusão e o tratamento hostil no ambiente escolar impactam a construção da subjetividade da criança. A vivência subjetiva do meio, conceito central na teoria vygotskiana, permite compreender que não é o ambiente em si que determina o desenvolvimento, mas o modo como ele é significado pela criança.

Favero (2021) reforça essa perspectiva ao demonstrar que ambientes familiares estáveis, afetivos e estruturados favorecem o desenvolvimento da autoconfiança, da empatia e da autonomia. Por outro lado, ambientes marcados por negligência, punições excessivas ou ausência de vínculos afetivos tendem a gerar insegurança, comportamentos impulsivos e dificuldades de adaptação social. Assim, o comportamento parental atua como espelho do comportamento infantil, funcionando como referência direta para as interações sociais da criança.

Da mesma forma, Teixeira *et al.* (2016) apontam que a família constitui o primeiro contexto de aprendizagem e socialização. Práticas parentais baseadas no afeto, na comunicação assertiva e na imposição de limites coerentes contribuem para a formação de repertórios comportamentais adaptativos, promovendo a empatia, o respeito mútuo e o autocontrole. Já ambientes familiares autoritários, negligentes ou disfuncionais favorecem o desenvolvimento de comportamentos externalizantes, como agressividade, ou internalizantes, como retraimento e ansiedade.

No contexto das intervenções estatais, o estudo de Mastroianni *et al.* (2018) fornece dados preocupantes sobre o acolhimento institucional. Os autores identificam que a maioria dos casos decorre de múltiplas vulnerabilidades, como uso de álcool e drogas pelos responsáveis, negligência e pobreza extrema. A ruptura do convívio familiar impacta todas as dimensões do desenvolvimento — biológica, psicológica e social — sendo a institucionalização, em muitos casos, mais um agravante do que uma solução. A ausência

de vínculos afetivos durante o acolhimento e a descontinuidade das relações prejudicam a formação da identidade, o sentimento de pertencimento e o desenvolvimento da autonomia.

Toneli (2024), ao discutir o modelo biopsicossocial, destaca que fatores biológicos, emocionais e sociais interagem de forma dinâmica, podendo funcionar tanto como fatores de risco quanto como fatores de proteção. Sob essa ótica, a negligência, a violência doméstica e a desestruturação familiar são compreendidas como eventos traumáticos que geram impactos profundos na saúde integral da criança, comprometendo inclusive seu desempenho escolar e sua inserção comunitária.

Barbosa (2024) amplia esse entendimento ao apontar que a privação do convívio familiar afeta não apenas a dimensão afetiva da criança, mas também sua formação educacional e cidadã, perpetuando ciclos de exclusão social. O acolhimento institucional, ainda que necessário em casos extremos, não supre integralmente as necessidades emocionais e sociais da infância. Por isso, autores como Pitta e Fontoura (2009) alertam para o risco de se atribuir exclusivamente à família a responsabilidade pelas violações de direitos, desconsiderando os determinantes estruturais como pobreza, desigualdade e ausência de políticas públicas eficazes.

Diante disso, o estudo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2024) sobre o acolhimento familiar apresenta-se como uma alternativa promissora. Ao permitir que a criança seja recebida temporariamente por uma família substituta, o modelo favorece a criação de vínculos mais próximos do ambiente familiar, promovendo maior estabilidade emocional, melhor adaptação social e menor risco de institucionalização prolongada.

Os resultados discutidos convergem para a compreensão de que o desenvolvimento infantil é multifatorial e relacional. As relações parentais não apenas moldam as primeiras experiências da criança, como também influenciam seu percurso existencial de forma duradoura. Dessa forma, torna-se imprescindível considerar não apenas as práticas parentais individuais, mas também os contextos sociais, emocionais e culturais em que essas práticas se constituem, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas de apoio às famílias e de promoção da saúde mental na infância.

Ademais, é fundamental refletir sobre o impacto das relações parentais em

diferentes tipos de famílias, como as monoparentais, reconstituídas ou adotivas, visto que as influências nas crianças podem variar significativamente dependendo do contexto familiar. Em famílias monoparentais, por exemplo, a sobrecarga de responsabilidades de um único cuidador pode afetar a qualidade das interações e o vínculo afetivo, enquanto em famílias reconstituídas, a integração de novos membros pode gerar desafios relacionados à coesão familiar e à adaptação das crianças.

As dinâmicas de convivência em cada tipo de estrutura familiar podem influenciar de maneira distinta o desenvolvimento emocional, social e cognitivo da criança. Portanto, é essencial considerar essas variações ao formular intervenções e políticas públicas voltadas para a promoção da saúde mental infantil, garantindo que diferentes contextos familiares sejam atendidos de forma adequada e sensível às suas especificidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender a influência das relações parentais no desenvolvimento biopsicossocial na primeira infância. Ao destacar a importância dos vínculos afetivos, das práticas parentais e do ambiente familiar para a formação integral da criança, foi possível observar que as interações familiares desempenham um papel determinante na construção da identidade, na autorregulação emocional e nas competências sociais e cognitivas que acompanharão o indivíduo ao longo de sua vida.

De maneira geral, os objetivos propostos foram fundamentais para a realização de uma revisão bibliográfica que identificou os principais fatores familiares envolvidos no processo de desenvolvimento biopsicossocial na primeira infância. O estudo permitiu compreender de forma crítica e fundamentada os vínculos afetivos, as práticas parentais e o suporte emocional que afetam diretamente a formação da personalidade, bem como a saúde mental, social e emocional infantil.

A análise dos resultados evidencia de forma consistente que o desenvolvimento biopsicossocial na primeira infância é influenciado pela natureza das relações parentais. Os estudos mostram que as práticas parentais baseadas em afeto, proteção e suporte emocional são elementos fundamentais para a formação de vínculos estáveis.

Por outro lado, contextos familiares atravessados por negligência, vulnerabilidade e instabilidade emocional tornam-se fatores de risco importantes, que geram danos comprometendo o desenvolvimento integral da criança, resultando em quadros de depressão, ansiedade e dificuldades de socialização. Além disso, é importante destacar a transmissão intergeracional, que exerce um papel fundamental na constituição das experiências vividas. Configurações de apego inseguro, quando não ressignificadas, tendem a ser refletidas na vida adulta, afetando a qualidade das relações parentais e conjugais.

Portanto, a partir da revisão bibliográfica, ressalta-se que a infância não se limita à fase inicial da vida, mas configura-se como um período estruturante, no qual as experiências se refletem a longo prazo, influenciando também a forma como as gerações subsequentes desenvolvem suas dimensões emocionais e sociais.

Ao final deste estudo, reconhece-se que algumas limitações metodológicas podem ter influenciado a amplitude das análises e interpretações. O número reduzido de artigos selecionados, ainda que suficiente para atender ao propósito da pesquisa, restringe a variedade de perspectivas teóricas e empíricas sobre o tema. Além disso, o recorte temporal e linguístico adotado, centrado em publicações em português entre 2015 e 2025, pode ter deixado de fora estudos internacionais relevantes, o que limita a comparação entre contextos socioculturais distintos. Isso fica notado então no alcance das conclusões, que se mantêm representativas dentro do recorte proposto, mas não pretendem esgotar a discussão sobre as relações parentais e seu impacto no desenvolvimento infantil.

Embora o presente estudo tenha contribuído para a compreensão teórica da influência das relações parentais no desenvolvimento biopsicossocial da criança, reconhecemos a necessidade de aprofundar o tema a partir de novas abordagens metodológicas capazes de integrar dados quantitativos e qualitativos. As pesquisas futuras podem explorar de forma mais ampla as vivências subjetivas das famílias em contextos de vulnerabilidade social, bem como analisar os impactos das políticas públicas e programas de apoio parental na promoção do bem-estar infantil. É relevante sugerir estudos futuros que acompanhem o percurso de crianças desde os primeiros anos até a adolescência, permitindo observar de que forma os padrões de apego e as práticas influenciam a construção da identidade, o desempenho escolar, as relações interpessoais

e a saúde mental na vida adulta.

Além disso, investigações voltadas à diversidade familiar, como famílias monoparentais, adotivas, homoafetivas ou reconstituídas, podem ampliar a compreensão sobre as múltiplas formas de parentalidade e os desafios enfrentados em cada contexto. Outra direção relevante para pesquisas futuras envolve a análise do impacto da cultura e do contexto socioeconômico sobre as práticas parentais, considerando como fatores como pobreza, desigualdade, gênero e acesso à educação interferem nas relações familiares. Vale ressaltar que o presente trabalho não reflete diretamente a prática profissional, mas atua como um questionamento teórico sobre o tema. As discussões que foram desenvolvidas podem inspirar reflexões para futuras pesquisas sobre a atuação do psicólogo nas políticas públicas de combate à fome, considerando o papel dos pais como facilitadores do desenvolvimento, e a grande importância de instituições sociais, como o CRAS e os demais serviços de rede de proteção.

Por fim, a temática das relações parentais e do desenvolvimento biopsicossocial é complexa e multifatorial, exigindo abordagens interdisciplinares e metodologias mistas (quantitativas e qualitativas) para uma melhor compreensão sobre o tema de modo abrangente. Os resultados discutidos neste estudo devem ser interpretados como referenciais teóricos, que geram reflexões e apontam caminhos para pesquisas futuras, e não como uma conclusão definitiva.

A pesquisa contribui de maneira significativa para o campo de estudo da Psicologia e para debates interdisciplinares sobre a primeira infância ao reunir as evidências teóricas que reforçam como o comportamento parental tem grande influência no desenvolvimento biopsicossocial da criança. Após uma síntese crítica de literaturas recentes, o estudo evidencia que a qualidade de vínculos afetivos, as práticas educativas e um ambiente familiar funcional são fundamentais para a formação emocional, cognitiva e social da criança desde os seus primeiros anos de vida.

Dentre todas as contribuições teóricas explícitas neste estudo, temos a integração de outras perspectivas, como a de Bowlby (1989), com a Teoria do Apego, e de Vygotsky (1996), com a abordagem histórico-cultural, que contribuem para a compreensão do processo de desenvolvimento infantil de maneira ampla e multifatorial. Reforça-se que o crescimento da criança não é apenas o resultado de fatores biológicos, mas sim de uma

rede complexa de interações sociais, emocionais e culturais que moldam sua subjetividade e seu comportamento (Toneli, 2024).

Em uma visão prática, o estudo oferece instrumentos teóricos para a compreensão de profissionais da psicologia, da educação e do serviço social, que podem contribuir para apontar estratégias de intervenção voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares, à promoção de práticas parentais positivas e à prevenção de fatores de risco familiares, como a negligência, conflitos conjugais e violência doméstica. A presença responsiva e o afeto consistente dos cuidadores constituem elementos essenciais para a saúde mental infantil e para a formação de repertórios socioemocionais saudáveis.

Além de instrumento teórico para intervenções de profissionais, a pesquisa contribui para o planejamento de políticas públicas voltadas à primeira infância, sugerindo e destacando a necessidade de apoios institucionais e comunitários que fortaleçam as famílias, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A compreensão gerada pode auxiliar os gestores e formuladores de políticas na construção de programas mais efetivos, que contemplem o direito da criança à convivência familiar e ao desenvolvimento integral.

Portanto, diante da constatação de que o desenvolvimento infantil é multifatorial e influenciado pela qualidade das relações parentais, a Psicologia se torna essencial na elaboração e implementação de intervenções voltadas a ações preventivas e terapêuticas que priorizem o bem-estar da criança e a qualidade das interações familiares. Além da clínica individual, seu papel abrange dimensões preventivas, psicoeducativas e comunitárias, direcionando-se a programas de orientações parentais, acompanhamento psicológico em serviços de saúde e educação, e o fortalecimento de políticas públicas, buscando apoiar famílias em contextos de vulnerabilidade social e emocional. Nesse sentido, a Psicologia contribui para a ruptura de ciclos intergeracionais de negligência e violência, fortalecendo a rede de proteção para que a criança se desenvolva em sua totalidade.

6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, V. K. O acolhimento institucional de crianças e adolescentes e o direito à

educação para o exercício da cidadania. *Revista Brasileira de Educação e Direitos Humanos*, 2024.

BECKER, Ana Paula; CREPALDI, Maria Aparecida. Apego infantil, conjugalidade e parentalidade: uma revisão integrativa da literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 19, n. 1, p. 223-241, 2019.

BOWLBY, J. *Apego e perda: apego*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CUNHA, Ana Cristina Barros da; MAFFAZIOLI, Ana Carolina; ALBUQUERQUE, Karolina Alves. Relações entre regulação emocional parental e desenvolvimento dos filhos. *Revista Saúde e Desenvolvimento Humano*, Canoas, v. 10, n. 3, p. 1-14, set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.18316/sdh.v10i3.7299>

EIGENMANN, Maya. *Pais feridos, filhos sobreviventes: compreendendo as heranças emocionais e transformando vínculos*. Curitiba: Appris, 2015.

FAVERO, Naquieli Fedatto. *A importância do ambiente familiar no desenvolvimento infantil*. Bento Gonçalves: Universidade de Caxias do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/11911>.

LIMA, Maria Odila Finger Fernandes; COSTA, Crístofer Batista da; PASINATO, Liana; MOSMANN, Clarisse Pereira. Sintomas de ansiedade e depressão em crianças: associações com o funcionamento familiar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 44, p. 1-13, 2024.

MASTROIANNI, F. C. *et al.* (Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 223-233, 2018. DOI: 10.22409/1984-0292/v30i2/5496.

PITTA, D. S.; FONTOURA, T. O direito da criança e do adolescente à convivência familiar: uma questão de políticas públicas? In: CARVALHO, M. C. N.; FONTOURA, T.; MIRANDA, V. R. (Orgs.). *Psicologia Jurídica: temas de aplicação II*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 143-164.

SILVA, Larissa Claudine Lino; RIBAS, Andrea de Fátima; STRACK, Priscila de Melo; SAGAZ, Valéria Rossi. *O desenvolvimento na primeira infância e saúde mental: fatores de risco e fatores de proteção*. 2021.

SOUZA, Elaine Oliveira. *Infâncias solitárias: refletindo sobre o desenvolvimento de crianças negligenciadas afetivamente na infância a partir da Teoria do Apego em Bowlby*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

TEIXEIRA, Alcylanna Nunes; LÔBO, Karla Rossana Gomes; DUARTE, Ana Teresa Camilo. A Criança e o Ambiente Social: aspectos intervenientes no processo de desenvolvimento na primeira infância. *ID Online Revista de Psicologia*, v. 10, n. 31, p. 22–35, 2016.

TONELI, L. S. Influência dos fatores biopsicossociais no desenvolvimento. *Research, Society and Development*, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Serviço de acolhimento em família acolhedora*. Recife: UFPE, 2024.